

Políticas de proteção à agricultura familiar: o caso do seguro agrícola no Rio Grande do Sul

Laudemir André Müller¹

Osmar Tomaz de Souza²

Régis da Cunha Belém³

A percepção de que a modernização da agricultura brasileira implementada a partir dos anos sessenta trouxe um modelo de agricultura insustentável sob vários aspectos (sociais, econômicos, ambientais e políticos) fez emergir uma crítica aguda ao mesmo e ampliou o debate sobre uma agricultura mais sustentável baseada na agricultura familiar. NAVARRO & ALMEIDA (1998), por exemplo, ressaltam que o objetivo dessa "agricultura sustentável" passa pela "manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos financeiro-econômicos adequados, que permitam diminuir a pobreza e atender as necessidades sociais da produção (p.47)".

O grande desafio centra-se na capacidade das forças sociais, questionadoras do atual modelo de "imprimir sua marca nas políticas públicas para que estas venham a afirmar política, econômica e socialmente a opção pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde a noção de sustentabilidade e às necessidades locais, regionais e do país (idem, p.52).

Uma das demandas mais marcantes observadas na agricultura sul-riograndense nas últimas décadas relacionava-se à falta de proteção aos agricultores familiares frente aos problemas climáticos/metereológicos que, via de regra, resultam em perdas de safra. Entendendo que uma das necessidades básicas dessa agricultura, consiste na sua sustentabilidade econômica (tanto no que refere-se à geração de renda imediata como também à preservação da sua capacidade produtiva ao longo do tempo) agricultores e movimentos sociais representativos intensificaram a pressão por uma política de proteção à agricultura que passasse pelo seguro agrícola. Isto porque as sucessivas quebras de safra e

¹ Professor da UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul e Assessor Técnico da SAA/RS

² Professor da UNOESC - Chapecó e Assessor Técnico da SAA/RS

³ Coordenador do Programa Estadual de Seguro Agrícola - SAA/RS

a ausência de uma política efetiva de proteção à agricultura familiar foram acentuando os problemas de endividamento e a exclusão dos agricultores.

Fruto dessa constatação e dessa forte demanda dos agricultores, em 1999 foi criado no Rio Grande do Sul o Programa Estadual de Seguro Agrícola, com o objetivo de garantir aos agricultores familiares do estado tanto a proteção contra eventos climáticos adversos quanto a manutenção da sua capacidade produtiva.

O Governo do Estado, mesmo não contando com uma seguradora pública, criou através da Lei No. 11352 de 14 de julho de 1999 o Sistema Estadual de Seguro Agrícola. Com esse sistema e a partir do credenciamento de seguradoras privadas que comercializam produtos de seguro agrícola, o Governo passou a disponibilizar aos agricultores familiares do Estado o seguro agrícola subsidiado.

Em linhas gerais, o Programa é operado em três modalidades:

- 1) Seguro Agrícola Comercial: modalidade em que a participação do Estado é indireta e não há subsídio;
- 2) Seguro Agrícola Solidário: em que há subsídio (em geral de 50% do custo do seguro) ao prêmio do seguro contratado por agricultores familiares enquadrados ao Programa, beneficiando as culturas de milho, trigo, feijão e uva;
- 3) Seguro Agrícola Básico: modalidade de seguro agrícola operado juntamente com o Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e disponível a todos os agricultores familiares que participam do Troca-Troca. Caso deseje, o agricultor pode contratar um seguro cujo valor está atrelado à quantidade de sementes que ele retira no Troca-Troca. O subsídio é mais alto (em torno de 90% do custo do seguro agrícola) e a parte do custo que cabe ao agricultor é financiada para ser paga apenas após a safra. Na safra 2001/2001, mais de 25 mil famílias aderiram a esta modalidade, contratando o seguro básico.

O caráter inovador do programa é evidente visto que nenhuma ação nesse sentido é desenvolvida em âmbito federal ou em outros estados da federação. Experiências semelhantes e bem desenvolvidas são observadas em outros países como Espanha, México e Estados Unidos, mas todas elas tratam-se de iniciativa federal.